



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024**

A **Prefeitura Municipal de Mirador do Maranhão**, por intermédio de seu Pregoeiro(a), infra constituído e designado pela **Portaria** nº 012/2024, de 27 e março de 2023, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, conforme consta no **Processo Administrativo nº 17/2024**, no presente Edital e seus anexos.

A Licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie e da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, subsidiariamente, no que couber, sendo em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

<b>Órgão Solicitante:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.	
<b>Objeto:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PEDAGÓGICA PARA MANUTENÇÃO DE ESCOLAS DE REFERÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MIRADOR/MA.	
<b>Esclarecimentos/Impugnações:</b> Até 23/05/2024 às 23:59 horas para o site <a href="https://www.licitamiradorma.com.br/">https://www.licitamiradorma.com.br/</a> .	
<b>Início da Sessão Eletrônica:</b> Dia 28/05/2024 às 14:30horas	
<b>Sistema Eletrônico Utilizado:</b> LicitaGov. <b>Endereço para retirada do Edital:</b> <a href="https://www.licitamiradorma.com.br/">https://www.licitamiradorma.com.br/</a> e <a href="http://www.transparencia.mirador.ma.gov.br/acesoInformacao/licitacao/tce;">http://www.transparencia.mirador.ma.gov.br/acesoInformacao/licitacao/tce;</a>	
<b>VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO</b>	<input type="checkbox"/> Valor: R\$ R\$3.527.839,68 (três milhões, quinhentos e vinte sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos). <input checked="" type="checkbox"/> Estimado <input type="checkbox"/> Máximo <input type="checkbox"/> Referência



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

	<input type="checkbox"/> <b>Orçamento Sigiloso.</b>
<b>NATUREZA DO OBJETO:</b>	<input type="checkbox"/> AQUISIÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> SERVIÇO <input type="checkbox"/> OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
<b>PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP</b>	<input type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 <input type="checkbox"/> Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação.
<b>Prazo para envio da Proposta Adequada/Documentação: 02(duas) HORAS.</b>	
<b>INFORMAÇÕES</b>	
<b>Pregoeiro(a):</b> Ubenilde Rodrigues Lima Brito,	<b>e-mail:</b> <a href="mailto:cplmirador2021@gmail.com">cplmirador2021@gmail.com</a> .
<b>Endereço:</b> Rua Jornalista Mauritonio Meire, 22 - Centro - CEP 65.850-000.	
<b>OBS:</b> Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo disposições em contrário.	

<b>DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA</b>		
As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.		
<b>Referências da Parte Geral</b>	<b>Item</b>	<b>Definições da Parte Específica</b>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>7.10.</b>	<input type="checkbox"/> ABERTO <input checked="" type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO <input type="checkbox"/> FECHADO E ABERTO
<b>FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA</b>	<b>2.</b>	<input type="checkbox"/> POR GRUPO <input type="checkbox"/> POR ITEM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

		<input type="checkbox"/> POR GRUPO, e POR ITEM. <input checked="" type="checkbox"/> GLOBAL
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>3.</b>	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO: Intervalo de <b>R\$ 0,01.</b> <input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO: Intervalo de % _____.
<b>INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.1.</b>	<input type="checkbox"/> REGISTRO DE PREÇOS. Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do disposto na Lei nº. 14.133/2021, art. 82. <input checked="" type="checkbox"/> INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 3 FUNDEB 02 PODER EXECUTIVO 02 10 FUNDO DE MANUT. E DES. DA EDUC. BASICA E VAL. PROF. EDUCAÇÃO 02 10 00 FUNDO DE MANUT. E DES. DA EDUC. BASICA E VAL. PROF. EDUCAÇÃO 12 Educação 12 365 Educação Infantil 12 365 0304 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO BASICA DE ENSINO  431 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 1.540.00-003 001 1.540 432 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 1.541.00-003 001 1.541  1 PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR 02 PODER EXECUTIVO 02 03 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 02 03 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12 Educação 12 122 Administração Geral 12 122 0203 APOIO ADMINISTRATIVO 12 122 0203 2187 0000 MANUTENÇÃO E FUNC. SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO 080 3.3.90.35.00 Serviços De Consultoria 1.500.00-001 001 1.500.1001
<b>CONSÓRCIO</b>	<b>SEÇÃO III</b>	<input type="checkbox"/> Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes na <b>SEÇÃO III</b> da



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

		<p><b>Parte Geral</b> deste Edital.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.</p>
<b>VALIDADE DA PROPOSTA</b>		<p>A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.</p> <p>a) Proposta de preços deverá constar discriminação detalhada de todos os itens do objeto, marca/modelo (quando couber), o tipo, e a quantidade solicitada.</p>
<b>DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA</b>		<p><input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p><input type="checkbox"/> SIM, na forma do item ____ do Termo de Referência</p>
<b>CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> (admita a atualização para esta data através de índices oficiais)	<b>17.</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Comprovante, na forma da lei, de registro ou arquivamento na Junta Comercial ou no Cartório competente, conforme o caso, de:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <b>patrimônio líquido mínimo</b> equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente;</p> <p><input type="checkbox"/> <b>capital social mínimo</b> equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente;</p>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

		<input type="checkbox"/> <b>patrimônio líquido mínimo</b> equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/lote pertinente. <input type="checkbox"/> <b>capital social mínimo</b> equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. <input type="checkbox"/> Não haverá exigência quanto à comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
<b>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b>		Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou ou está prestando serviços compatíveis com o objeto deste Termo. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função, acompanhado de contrato, comprovando a prestação de serviços, informando período e local.
<b>DEMAIS DOCUMENTOS QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b>		<input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> SIM, na forma do item 10.2 do Termo de Referência
<b>LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS:</b>	<b>SEÇÃO XV</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM
<b>POSSIBILIDADE DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:</b>	<b>SEÇÃO XV</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM
<b>APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:</b>	<b>SEÇÃO XII</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM – Prazo para entrega da amostra na forma do item ____ do Termo de Referência



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

<b>VISITA TÉCNICA:</b>	<b>SEÇÃO XIII</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, <b>FACULTATIVA</b> , na forma do item ____ do Termo de Referência
<b>PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO</b>		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item ____ da Minuta do Contrato
<b>GARANTIA DE EXECUÇÃO</b>		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item ____ da Minuta do Contrato
<b>GARANTIA DE PROPOSTA</b>		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação no percentual de 1%(um por cento) do valor estimado para a contratação nas modalidades de que trata § 1º do art. da Lei 14.133/2021, a apresentação da garantia da proposta será concomitantemente ao envio da proposta de preços na licitação, nos termos do art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021.
<b>ANEXOS</b>	<b>47.8.</b>	Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na <b>Parte Geral</b> deste edital, os seguintes documentos: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II - Estudo Técnico Preliminar; Anexo III – Planilha Orçamentária; Anexo IV - Minuta do Contrato;
		<b>OBSERVAÇÕES:</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

### **PARTE GERAL**

#### **SEÇÃO I - DO OBJETO**

**1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição/serviços do objeto descrito no campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

**1.1.** Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Termo de Referência e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

**2.** A **Parte Específica** determinará a forma de apresentação das propostas, que poderá ser da seguinte forma:

**2.1.** MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE (grupo de itens): Para esta forma de apresentação das propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2.2.** MENOR PREÇO POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2.3.** MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE e POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos e itens forem de seu interesse. Em se tratando de GRUPO/LOTE, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2.4.** MENOR PREÇO GLOBAL.

**3.** A **Parte Específica determinará o** critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que poderão ser menor preço ou maior desconto.

**3.1.** A Parte Específica também determinará o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

### **SEÇÃO II - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**4.1.** No campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital consta os dados orçamentários referentes a contratação.

### **SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no portal de compras da prefeitura, qual seja, <https://www.licitamiradorma.com.br/>.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.4. Não poderão disputar esta licitação:

5.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O impedimento de que trata o item 5.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.4.2 e 5.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.8. O disposto nos itens 5.4.2 e 5.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10. A vedação de que trata o item 5.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**NOTA:** Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

- 1.** Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;
- 2.** Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;
- 3.** A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;
- 4.** Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.
- 5.** O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:
  - a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;
  - b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem **4**.
- 6.** As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;
- 7.** As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
- 8.** No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira observada o disposto no item **1**;
- 9.** Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio.

### **SEÇÃO IV - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

6.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **SEÇÃO V - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será indicada no portal de compras.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.18. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.19. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.20. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.21. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.22. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.23. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"FECHADO E ABERTO"**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.24. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.21, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.26. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.27. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.28. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

7.29. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.30. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.31. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.32. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.33. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.34. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.35. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.36. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação, do porte da entidade empresarial.

7.37. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.38. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.39. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.40. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.41. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.42. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.42.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.42.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.42.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.42.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.43. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.43.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.43.2. empresas brasileiras;

7.43.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.44. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.44.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

7.44.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.44.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.45. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.46. A não apresentação de documentação complementar e/ou proposta adequada dentro do prazo estabelecido ensejará na desclassificação da proposta.

7.47. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **SEÇÃO VIII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

8. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 05% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

8.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;



#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

8.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

#### **SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO**

9. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

#### **SEÇÃO X – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na IN SEGES nº 73/2022, podendo ser solicitado ao licitante a apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços para análise quanto a exequibilidade da proposta.

10.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.2.1. conter vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3. No caso de bens e serviços em geral, considerar-se-á a inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

10.3.1.1. Poderá ser aberto prazo para apresentação de planilha de custo e formação de preços, sob pena de desclassificação, à empresa que descumprir o item 10.3 do Edital,



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

momento em que deverá demonstrar que o custo da empresa não ultrapassada o da proposta e que existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha, no prazo de duas horas, por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

10.13. A sessão poderá ser suspensa para análise da proposta de preços e/ou da documentação de habilitação, momento em que deverá ser indicado a data e horário de retomada da sessão;

10.13.1. A remarcação da sessão, quando não divulgado no ato que a suspendeu, deverá respeitar o prazo mínimo de 24 horas entre a comunicação via sistema e a abertura da sessão;

### **SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO**

11. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo designado no campo **"DADOS DO CERTAME"**, sob pena de inabilitação.

12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.1. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados para a Rua Jornalista Mauritonio Meire, 22 - Centro - CEP 65.850-000

13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **15. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **16. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a **Certidão Conjunta Negativa de Débitos** expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa quanto a Tributos Estaduais.
- e) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa de Dívida Ativa relativa aos Tributos (ISS e TLVF) e apresentação do licenciamento para localização e Funcionamento empresarial;
- f) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**;

g.1) As microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

g.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação;

g.3) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei;

### **17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1) Publicados em **Diário Oficial** ou;

b.2) Publicados em **jornal** de grande circulação ou;

b.3) Registrados na **Junta Comercial** da sede ou domicílio do licitante ou;

b.4) Por cópia do **Livro Diário**, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma do artigo 6º, da IN nº 11 de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - BREI, acompanhada obrigatoriamente dos **Termos de Abertura e de Encerramento**;

c) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a empresa deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado;

d) A pessoa jurídica optante do **Sistema de Lucro Real ou Presumido** deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTABIL, nos termos da INRFB 1.420/2013;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

f) A pessoa jurídica optante pelo **Simplex Nacional** deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do termo de opção ao simples nacional;

g) **Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Documentação e Proposta.

- Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.*

**18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

18.1. As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na **Parte Específica** deste Edital.

18.2. Documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, para atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, de acordo com a natureza do objeto.

19. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

19.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

21. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

22. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

23. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

24. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

25. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

25.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

26. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **SEÇÃO XII - DA AMOSTRA**

27. A exigência de amostra será aquela discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

### **SEÇÃO XIII - DA VISITA TÉCNICA**

28. A exigência de visita técnica será discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

28.1. O atestado de vistoria, caso exigido, poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

### **SEÇÃO XIV - DO RECURSO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

29. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
30. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
31. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
32. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
33. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
34. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
35. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
36. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
37. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
38. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
39. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
40. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
41. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
42. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Prefeitura.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

### **SEÇÃO XV - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

43. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

43.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

43.1.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

43.1.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

43.2. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Portal da Transparência.

43.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

43.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

43.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

43.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

43.7. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Assistência Social e Segurança Alimentar.

### **SEÇÃO XVI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

44. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

44.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

44.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

44.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

44.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

44.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

44.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

44.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

44.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

44.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

44.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

44.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **SEÇÃO XVII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

45. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

45.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

45.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- 45.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 45.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 45.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 45.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 45.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

45.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

45.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

45.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

45.1.5. Fraudar a licitação.

45.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 45.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 45.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 45.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

45.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

45.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

45.2.1. advertência;

45.2.2. multa;

45.2.3. impedimento de licitar e contratar e

45.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

45.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

45.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

45.3.2. as peculiaridades do caso concreto



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

45.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes  
45.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública  
45.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

45.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

45.4.1. Para as infrações previstas nos itens 45.1.1 45.1.2a 45.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

45.4.2. Para as infrações previstas nos itens 45.1.4 a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

45.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

45.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

45.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 45.1.1, 45.1.2 e 45.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

45.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 45.1.4 a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 45.1.1 a 45.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

45.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 45.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

45.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

45.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

45.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

45.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

45.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **SEÇÃO XVIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

46. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

46.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

46.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Portal de Compras <https://www.licitamiradorma.com.br/>.

46.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

46.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

46.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**SEÇÃO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

47. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

47.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

47.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

47.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

47.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

47.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

47.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

47.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

47.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

<b>ANEXO I</b>	Termo de Referência
<b>ANEXO II</b>	Estudo Técnico Preliminar
<b>ANEXO III</b>	Planilha Orçamentária
<b>ANEXO IV</b>	Minuta do Contrato

Mirador/MA, 10 de maio de 2024.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

---

**Erenilde Campos Everton Bezerra**  
Secretaria Municipal de Educação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

*Processo Administrativo nº 017/2024- SEMED*

**1. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PEDAGÓGICA PARA MANUTENÇÃO DE ESCOLAS DE REFERÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MIRADOR/MA, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A implantação do Projeto de Apoio Pedagógico, Escolas de Referência é de extrema importância por diversos motivos. Essas escolas são projetadas para fornecer um alto padrão de qualidade de educação e servir como modelos de excelência para outras instituições de ensino. Aqui estão algumas razões pelas quais a implantação de escolas de referência é valorizada:

- a) **Padrões de qualidade:** As escolas de referência são estabelecimentos que cumprem rigorosos padrões de qualidade educacional. Elas demonstram que é possível alcançar altos níveis de excelência em termos de ensino, aprendizado, infraestrutura e recursos disponíveis. Ao implantar o projeto nessas escolas, busca-se elevar o nível geral da educação.
- b) **Desenvolvimento profissional:** As escolas de referência oferecem oportunidades de desenvolvimento profissional e intelectual para os educadores. Elas investem em apoio e orientação contínua e promovem um ambiente propício à troca de conhecimento entre os profissionais da educação e a equipe de apoio. Isso contribui para a melhoria da qualidade do ensino em toda a rede educacional.
- c) **Inovação pedagógica:** As escolas onde são implantadas o Projeto de Apoio Pedagógico, se tornam referência de práticas inovadoras de ensino. Elas buscam explorar novas metodologias, tecnologias e abordagens educacionais eficazes, o que pode influenciar positivamente outras escolas a seguirem seu exemplo. A implantação do projeto nessas escolas incentiva a experimentação e a evolução das práticas pedagógicas.
- d) **Difusão de boas práticas:** As escolas de referência têm a capacidade de compartilhar suas experiências e boas práticas com outras instituições educacionais.



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

Elas podem servir como centros de capacitação e disseminação de conhecimento, promovendo a troca de ideias entre professores, gestores e demais profissionais da área. Isso contribui para o fortalecimento do sistema educacional como um todo.

e) Referência para a comunidade: O projeto de Apoio Pedagógico nessas escolas, costumam ter um impacto positivo na comunidade em que estão inseridas. Elas se tornam referências locais de qualidade educacional, atraindo alunos e famílias que buscam uma educação de excelência. Além disso, a melhoria da educação nessas escolas pode influenciar o desenvolvimento socioeconômico da região.

2.2. Em resumo, a implantação e implementação do Projeto de escolas de referência desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade da educação. Elas servem como modelos para outras instituições, estimulam o desenvolvimento profissional dos educadores, e o desenvolvimento intelectual de educandos, além de impulsionarem a inovação pedagógica, disseminam boas práticas e contribuem para a formação de uma comunidade educacional mais forte.

2.3 A consultoria pedagógica tem ainda acompanhamento e apoio pedagógico nas escolas, estabelecendo planejamento, orientação, coordenação e fiscalização do processo de ensino-aprendizagem em todas as suas vertentes, através de acompanhamento diário, resgatando a qualidade de ensino, disciplina, respeito, moralidade e formação de caráter, contribuindo para capacidade de compreensão do aluno, minimizando os índices de reprovação, abandono e evasão escolar, além da prevenção do Bullying e enfrentamento à violência no ambiente escolar consequentemente elevando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do município.

2.3 A Escola de Referência fortalece o fomento de políticas públicas de resgate da qualidade do ensino oferecido ao aluno tem o intuito de promover o retorno da disciplina e ordem nas escolas, respeito aos ideais da nação, respeitar os direitos do próximo, através de disciplina individual e coletiva, com o objetivo final de disseminar as práticas pedagógicas em grande parte da rede educacional do município.

2.4. A contratação tem como objetivo principal, implantar o modelo “Escola de Referência” em 08 (oito) Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme orientações constantes no inciso XVI, artigo 11, do Decreto Federal Nº 9.465 de 02 de janeiro de 2019.

### **ESCOLAS QUE SERÃO CONTEMPLADAS PELO PROJETO**

Nº	ESCOLA	LOCALIDADE	ALUNOS
01	UNIDADE ESCOLAR IEDO FLAMARION LOBÃO	Sede	505
02	UNIDADE ESCOLAR GERALDO PEREIRA DE SÁ	Sede	380
03	UNID ESCOLAR PROFESSORA ALZIRA CASABONE	Sede	203
	UNIDADE ESCOLAR ANTONIO BORBA MAGALHÃES	Sede	182



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

04			
05	UNIDADE ESCOLAR FIRMINO GALVÃO	Sede	168
06	UNIDADE ESCOLAR ARISTIDES LOBÃO	Povoado cocos	435
07	UNIDADE ESCOLAR JOÃO RODRIGUES DA SILVA	Povoado Ibipira	135
08	UNIDADE ESCOLAR ORSINA LOBÃO	Povoado Conceição	132

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**3.1.** Esta aquisição será regida pela Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**4. ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E ESTIMATIVA DE CUSTO:**

**4.1.** Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD DE ESCOLAS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Consultoria e assessoria para implantação e implementação do projeto de apoio pedagógico de escolas de referência, com orientação das práticas disciplinares, da rede de ensino municipal de Mirador/MA.	08	MÊS	12	R\$293.986,64	R\$ 3.527.839,68

**4.2.** Os profissionais que executarão o projeto durante o tempo do contrato:

PROFISSIONAIS	QUANTIDADE	SERVIÇOS
PSICÓLOGOS EDUCACIONAIS	8	O Psicólogo Educacional prestará atendimento não apenas ao alunato, mais a todo corpo docente, profissionais da educação e familiares.
PSICOPEDAGOGO	8	Seu papel será analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL	8	Na escola, o assistente social trabalhará identificando os problemas que prejudicam o acesso, a permanência e o rendimento do aluno.
COORDENADOR PEDAGÓGICO	8	Esse profissional zelar pela formação dos alunos como cidadãos; ajudará os professores a compreenderem os comportamentos das crianças e cuidarão das relações com a comunidade.
ORIENTADOR EDUCACIONAL	8	Direcionará o processo educacional, juntamente com professores, coordenação e profissionais da gestão escolar.
AGENTE DE APOIO PEDAGÓGICO	16	Terá como função, entre outras: orientar os educandos quanto às normas da unidade escolar; organizar a entrada e saída dos alunos; zelar pela disciplina dentro de todo o ambiente escolar.
SOCIÓLOGO	8	Esse profissional estudará os processos sociais de ensino e de aprendizagem, além de explorar todos os processos que ocorrem dentro do ensino, desde as relações estruturais até o papel da escola dentro da sociedade.
SUPERVISOR DE AÇÕES EXTRACURRICULARES	1	Terá como função proporcionar maior apoio nas tarefas de supervisão das atividades complementares e de extensão; dar mais eficiência às tarefas das coordenadorias, além de diminuir a burocracia para a integralização das cargas horárias.
SUPERVISORES DE ATIVIDADES PSICOLÓGICAS	4	Esse profissional estimulará a criatividade e fará intervenção em que se estabelece relação entre colegas de trabalho, dinamizando o atendimento.
TÉCNICOS EM MEIO AMBIENTE	2	Será o profissional responsável por identificar os processos de intervenção antrópica sobre o meio ambiente e as características das atividades geradoras de resíduos.
PROFESSORES DE MÚSICA	4	Ensinará técnicas instrumentais, escalas, leitura à primeira vista e teoria musical, além de execução de instrumentos musicais.
PROFESSORES DE LIBRAS	4	Ensinará a Língua Brasileira de Sinais tanto para os alunos surdos, não verbais, quanto para os que mostrarem interesse.
ESPECIALISTAS EM SEMINÁRIOS E TEMAS PEDAGÓGICOS	2	Esse profissional promoverá prática didático-pedagógica como técnica de ensino profissionalizante.

Além dos recursos humanos definidos, serão necessários a oferta do que segue abaixo para a plena e satisfatória execução da consultoria pretendida:

DESCRIÇÃO
VEÍCULO TIPO HATCH, PARA DAR APOIO NA CONSULTORIA NAS 08 ESCOLAS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

FARDAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS QUE FARÃO PARTE DA CONSULTORIA.
MATERIAIS GRÁFICOS, APOSTILAS, FOLDERS, BANNERS
EQUIPAMENTOS ÁUDIO VISUAIS
DESPESAS OPERACIONAIS

**4.2.** O objeto deve ser executado de modo a gradativamente implantar o modelo de escola de referência utilizando a seguinte metodologia:

- a) Assegurar a manutenção da ordem e disciplina;
- b) Desenvolver processos, tecnologias participativas e atitudes democráticas fundamentais para tomar decisões em relação a cada aspecto da proposta de implementação e desenvolvimento do tema nas escolas;
- c) Disponibilizar atendimento imediato por telefone ou internet para responder às perguntas da Secretaria Municipal de Educação sobre os assuntos abordados nos tópicos anteriores;
- d) Efetuar um diagnóstico situacional por meio de relatórios elaborados por profissionais multidisciplinar sobre a implantação e implementação concernente o desenvolvimento de escolas de referência em regime próprio na rede municipal, em cada unidade de ensino;
- e) Estabelecer padrão de controle de horários dedicados ao estudo dos alunos, criando cronogramas específicos com esse propósito;
- f) Estabelecer um ambiente de trabalho favorável para o corpo docente que promova relações humanas construtivas, respeitadas e colaborativas, essenciais para implementar e desenvolver o tema (Escola de Referência) nas escolas municipais;
- g) Garantir para o corpo discente as condições adequadas, para que o estudo e a compreensão da base conceitual que sustenta a proposta sejam realizados de maneira coerente e consistente;
- h) Introduzir conceitos relacionados à concepção de Nação ao ambiente escolar;
- i) Oferecer consultoria para interpretar e aplicar a legislação educacional no âmbito do sistema municipal de ensino, abrangendo diretrizes educacionais e a elaboração de resoluções e normas para as instituições envolvidas na implantação das Escolas de Referência na Rede Municipal de Ensino de Mirador/MA;
- j) Organizar os planos pedagógicos;
- k) Preparar pareceres e relatórios técnicos, com o objetivo de esclarecer as dúvidas dos gestores municipais sobre a condução da implantação das Escolas de Referência na rede municipal de ensino de Mirador/MA;
- l) Proporcionar modelos de práticas pedagógicas que venham impactar de forma positiva a comunidade escolar;
- m) Realizar acompanhamento pedagógico contínuo.
- n) Realizar reuniões com pais e alunos durante a fase de implantação para informá-los sobre os objetivos do projeto e as estratégias para alcançá-los.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- o) Realizar seminários e treinamentos para os profissionais do município que participarão do projeto.
- p) Acompanhar diariamente o desenvolvimento do projeto por meio dos consultores. Os consultores passarão o dia na escola, acompanhando a rotina, fornecendo orientações, instruindo os membros da comunidade escolar e esclarecendo dúvidas que possam surgir.
- q) Utilizar a mentoria escolar como estratégia pedagógica para atender individualmente o estudante, e que tem como objetivo apoiar esse aluno a reconhecer o desenvolvimento e aprendizagem, percebendo os desafios e as conquistas ao longo da sua trajetória escolar
- r) Utilizar métodos didáticos que promovam o conhecimento e a compreensão da base legal que sustenta a viabilidade da proposta assumida.
- s) Aplicar no período de férias, projetos de educação ambiental, com palestras e práticas tanto no complexo escolar, quanto nos entornos, buscando a implantação de arborização e paisagismo, contribuindo com a proteção e preservação da fauna e flora do município.

**4.2.1.** Deverá ainda haver disponibilização de equipamentos (visual, auditivo e audiovisual) necessários à execução da implementação e desenvolvimento da Escola de referência nas escolas municipais; disponibilização de material didático, pedagógico e expediente necessários à execução da implementação e desenvolvimento da Escola de Referência nas escolas municipais; disponibilização de apostilas, cadernos, Pendrive de produção própria; disponibilização de Data Show, Notebook, Tela de Projeção, Aparelho de mídias, Televisor e Sonorização.

## **5. DA PROPOSTA**

5.1. Não serão admitidas, em nenhuma hipótese, as propostas que fizerem referência as de outros proponentes, sob pena de desclassificação;

5.2. A validade da proposta deverá ser de, no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data da sua apresentação.

## **6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.1. A despesa com aquisição dos itens deste, correrá a conta dos recursos orçamentários, conforme documento expedido pela contabilidade do Município para exercício de 2024:

3 FUNDEB

02 PODER EXECUTIVO

02 10 FUNDO DE MANUT. E DES. DA EDUC. BASICA E VAL. PROF. EDUCAÇÃO

02 10 00 FUNDO DE MANUT. E DES. DA EDUC. BASICA E VAL. PROF. EDUCAÇÃO

12 Educação

12 365 Educação Infantil

12 365 0304 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ENSINO

431 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 1.540.00-003 001 1.540

432 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 1.541.00-003 001 1.541

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

02 PODER EXECUTIVO

02 03 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 03 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 Educação

12 122 Administração Geral

12 122 0203 APOIO ADMINISTRATIVO

12 122 0203 2187 0000 MANUTENÇÃO E FUNC. SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

080 3.3.90.35.00 Serviços De Consultoria

1.500.00-001 001 1.500.1001

## **7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS**

7.1. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002.

## **8. DA MODALIDADE, DO TIPO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

8.1. A modalidade de licitação será Pregão na sua forma Eletrônica, do Tipo Menor Preço Global, tendo em vista a natureza e características da prestação de serviço.

## **9. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

### **9.1. Serviços a serem desenvolvidos:**

9.1.1. Organizar o tempo dedicado ao estudo por parte dos alunos através da criação de horários próprios para isso;

9.1.2. Organizar os planejamentos para apoio pedagógico;

9.1.3. Fiscalizar o processo de ensino e aprendizagem em toda a sua execução, apresentando alternativas para solução de problemas;

9.1.4. Acompanhamento pedagógico contínuo;

9.1.5. Manutenção da Ordem e Disciplina;

9.1.6. Noções de concepção de Nação;

9.1.7. O acompanhamento utilizará o sistema presencial em forma definida diária. Esse acompanhamento, inclui também a busca ativa do aluno em sua residência se assim houver necessidade. Os Coordenadores e Agentes pedagógicos passarão o dia na escola acompanhando a rotina da mesma, prestando orientações, auxiliando a diretoria e coordenação pedagógica instruindo os membros da comunidade escolar e tirando dúvidas que possam surgir;

9.1.8. Diagnóstico situacional por meio de seminários temáticos implantação e desenvolvimento de escola de referência cívica na rede municipal em cada unidade de ensino;

9.1.9. Na fase de implantação serão feitas reuniões com pais e alunos para científicá-los dos objetivos do projeto e dos meios para atingi-los;

9.1.10. A implantação prevê ainda seminários e treinamentos para os profissionais do município que participarão do projeto;



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- 9.1.11. Criar um ambiente de trabalho propício ao estabelecimento de relações humanas construtivas, respeitosas e cooperativas, necessárias à implementação e desenvolvimento do tema (Escola de Referência) nas escolas municipais;
- 9.1.12. Criar as condições necessárias ao estudo e conhecimento da base conceitual que sustente a proposta de forma coerente e consistente;
- 9.1.13. Desenvolver processos e tecnologias participativas e posturas democráticas fundamentais à tomada de decisão referente a cada um dos aspectos da proposta de implementação e desenvolvimento do tema nas escolas;
- 9.1.14. Empregar procedimentos didáticos que propiciem o conhecimento e o domínio da base legal que sustente a viabilidade da proposta assumida;
- 9.1.15. Os serviços serão executados por profissionais especializados, com larga experiência de atuação e registrados nos seus respectivos conselhos de formação;
- 9.1.16. Os serviços serão executados em 08 (oito) Escolas Municipais, que serão determinadas pela Secretaria Municipal de Educação;
- 9.1.17. Consultoria relativa à interpretação e aplicação da legislação educacional, no âmbito do sistema municipal de ensino, relativos a diretrizes educacionais e elaboração de resoluções e normas para instituições pertencentes à implantação de Escola de Referência na rede municipal de ensino de Mirador/MA;
- 9.1.18. Apresentação de fundamentos legais necessários ao embasamento dos atos administrativos a serem praticados pelos agentes e servidores públicos vinculados a Secretaria Municipal de Educação;
- 9.1.19. Elaboração de pareceres e relatórios técnicos tendentes a elucidar dúvidas dos administradores municipais no tocante à condução da implantação das Escolas de Referência Cívica na Rede Municipal de ensino de Mirador/MA;
- 9.1.20. Visita técnica periódica de profissional capacitado a ser realizado em local da implantação das Escolas de Referência na rede municipal de ensino de Mirador/MA;
- 9.1.21. Consultoria técnica às escolas públicas municipais, relativa à aplicação das normas dos regimentos escolares, inclusive quanto a recursos apresentados por alunos, pais ou responsáveis, e;
- 9.1.22. Atendimento imediato via linha telefônica ou internet para fins de responder aos questionamentos da Secretaria Municipal de Educação em relação aos assuntos constantes dos tópicos anteriores.

### **9.2. Material e Equipamentos fornecidos:**

- 9.2.1. Disponibilização de material didático, pedagógico e expediente necessários à execução da implementação e desenvolvimento da Escola de Referência Cívica nas escolas municipais;
- 9.2.2. Apostilas, Cadernos e CD de produção própria,  
Disponibilização de equipamentos (visual, auditivo e audiovisual) necessários à execução da implantação e desenvolvimento da Escola de Referência nas escolas municipais;
- 9.2.3. Data Show, Notebook, Tela de Projeção, Televisor e Sonorização.

### **9.3. Cronograma de Execução:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

<b>1 – ETAPA</b>	<b>2 – ETAPA</b>	<b>3 – ETAPA</b>
<b>CAPACITAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS</b>	<b>PALESTRA EDUCATIVAS COM PAIS E ALUNOS</b>	<b>ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E DISCIPLINAR</b>
<b>01 MÊS</b>	<b>01 MÊS</b>	<b>10 MESES</b>

• **ESCOLAS QUE SERÃO CONTEMPLADAS PELO PROJETO**

<b>Nº</b>	<b>ESCOLA</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>ALUNO/ESCOLA</b>
01	UNIDADE ESCOLAR IEDO FLAMARION LOBÃO	Sede	505
02	UNIDADE ESCOLAR GERALDO PEREIRA DE SÁ	Sede	380
03	UNIDADE ESCOLAR PROFESSORA ALZIRA CASABONE	Sede	203
04	UNIDADE ESCOLAR ANTONIO BORBA MAGALHÃES	Sede	182
05	UNIDADE ESCOLAR FIRMINO GALVÃO	Sede	168
06	UNIDADE ESCOLAR ARISTIDES LOBÃO	Povoado cocos	435
07	UNIDADE ESCOLAR JOÃO RODRIGUES DA SILVA	Povoado Ibipira	135
08	UNIDADE ESCOLAR ORSINA LOBÃO	Povoado Conceição	132

• **RESULTADOS PRETENDIDOS**

- **Melhoria do Ambiente Escolar:**
  - Reduzir os conflitos e incidentes de violência dentro das escolas, fazendo a promoção de relações respeitosas e positivas entre alunos, professores,



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

funcionários e administradores e implementar estratégias preventivas para combate ao bullying e a discriminação.

- **Melhorar o Engajamento dos Alunos:**
  - Desenvolver programas e atividades atrativas para manter os alunos motivados e engajados na aprendizagem e promoção de um ambiente escolar inclusivo que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais dos alunos
- **Realizar Apoio Socioemocional:**
  - Fazendo a Implementação de programas de apoio socioemocional para ajudar os alunos a lidar com traumas, estresse e outras questões emocionais que possam afetar seu desempenho e bem-estar, por meio da capacitação de professores e equipe para identificar e fornecer suporte adequado às necessidades socioemocionais dos alunos.
- **Intervenções Pedagógicas Eficientes:**
  - Desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades específicas dos alunos em situações de alta vulnerabilidade, implementando métodos de ensino inovadores e inclusivos que estimulem a participação e o aprendizado dos alunos.
- **Apoio às Famílias e Comunidade:**
  - Por meio de parcerias com pais, responsáveis e membros da comunidade para promover a participação ativa na educação dos alunos e de oferta de recursos e programas para envolver as famílias no ambiente escolar e fortalecer os laços entre escola e comunidade.
- **Redução da Evasão Escolar:**
  - Por meio de implementação de estratégias para identificar precocemente alunos em risco de evasão e oferecer suporte individualizado para mantê-los engajados na escola, além de implantação de programas de reengajamento para alunos que já abandonaram a escola, visando trazê-los de volta ao ambiente educacional.
- **Monitoramento e Avaliação:**
  - Por meio de sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso e os resultados das intervenções implementadas pela consultoria, utilizando os dados e indicadores coletados para ajustar e aprimorar continuamente as estratégias e práticas educacionais.  
Ao alcançar os resultados pretendidos, a consultoria educacional pode contribuir significativamente para criar um ambiente escolar mais seguro, inclusivo e propício ao desenvolvimento acadêmico, socioemocional e pessoal dos alunos em áreas de alta vulnerabilidade.

## **10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (HABILITAÇÃO)**

10.1. Sendo a Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

10.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou ou está prestando serviços compatíveis com o objeto deste Termo. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função, acompanhado de contrato, comprovando a prestação de serviços, informando período e local.

### **10.2. A HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

10.1.2. Será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

10.1.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.1.5. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.6. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.1.7. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.1.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.1.10. No caso de atividade subordinada a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

10.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.1.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**

10.1.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.1.14. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

10.1.15. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.1.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

10.1.16.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.,

10.1.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

10.1.17.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.1.18. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

10.1.19. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);

10.1.20. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

10.1.21. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

### **10.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- 1.1. 10.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 1.2. 10.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 10.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;
- 10.3.4 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);
- 10.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 10.3.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos;
- 10.3.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido **mínimo de 10% (dez por cento)** do valor total estimado da soma dos itens propostos.
- 10.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **11. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 11.1. Compete ao Fiscal do Contrato o acompanhamento da execução contratual, promovendo as anotações correspondentes para efeitos de pagamento, aplicação de sanções e adequações, bem como a adoção de medidas para correção das falhas eventualmente verificadas;
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1. Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para prestação dos serviços, a CONTRATADA, obriga-se a:
  - a) Elaborar pareceres técnicos e realizar relatórios quando solicitados pelo poder executivo;



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- b) Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência da Contratante, conforme Autorização de Serviço emanada pela Contratante;
- c) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante;
- d) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo, causado pelos seus funcionários, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à Contratante, inclusive aos decorrentes de serviços prestados, mesmo depois do vencimento do Contrato;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- f) Prestar serviços por meio de profissionais qualificados e devidamente identificados;
- g) Dar ciência imediata, por escrito, a Contratante sobre qualquer anormalidade que verificar quanto à execução do objeto contratado;
- h) Prestar esclarecimentos quando for solicitado pela Contratante, a cujas reclamações se obriga atender prontamente;
- i) Manter, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante todo o período de vigência do contrato, ressaltando o que tange a capacidade técnica-operativa e à regularidade fiscal, podendo a contratante a qualquer tempo exigir as comprovações mencionadas.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. O Município de Mirador/MA, por intermédio da Secretaria Municipal solicitante, obriga-se a:

- a) Disponibilizar transporte para execução dos serviços dentro do município;
- b) Disponibilizar local adequado para execução do serviço;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor(es) especialmente designado(s), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências que julgar(em) relevantes, na forma prevista da Lei;
- d) Proporcionar meios para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- e) Realizar os devidos pagamentos à Contratada, de acordo com o preço e condições estipuladas no contrato;
- f) Notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato;
- g) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que estejam em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, comunicando-a imediatamente das irregularidades constatadas;
- h) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário.

### **14. PAGAMENTO**



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

14.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo dos materiais, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada, mediante apresentação de Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cópia da Nota de Empenho;
- b) Cópia da Autorização de Fornecimento;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal;
- g) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- h) Certificado de Regularidade do FGTS;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.2. A Nota Fiscal será conferida e atestada por servidor ou comissão responsável pelo recebimento dos serviços, que também deverá conferir toda a documentação constante no item 16.1;

14.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada;

14.4. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

14.5. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua apresentação ou reapresentação, devidamente regularizadas;

14.6. A Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

14.7. A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada;

14.8. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

**15. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

15.1. A Adjudicatária, quando contratada, não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133/2021;

16.2. Aplicando-se o disposto no art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021, o atraso injustificado na entrega ou substituição dos materiais sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora:

- a) multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos materiais entregues com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos materiais reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de 10% (dez por cento).

16.3. Diante da inexecução total ou parcial do Contrato, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à BENEFICIÁRIA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

16.5. Se a Contratada ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mirador/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste item e das demais cominações legais;

16.6. Caberá a fiscalização de o contrato propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição;

16.7. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à Beneficiária e publicação na imprensa oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

16.8. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo Contratante;

16.9. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da Beneficiária amigável ou judicialmente.

## **17. DOS TRIBUTOS E DESPESAS**

17.1. Constituirão encargos exclusivos da CONTRATADA, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes de formalização do contrato e da execução do seu objeto.

## **18. DAVIGÊNCIA DO CONTRATO**

18.1. O prazo da vigência do contrato será de 1(um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme disposto no caput do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

## **19. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

19.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar as mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

## **20. GESTOR DO CONTRATO**

1.3. 20.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento/serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV).

20.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução/fornecimento do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, II).

20.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III).

20.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução/fornecimento contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII).

20.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

20.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).

20.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **21. FISCALIZAÇÃO**

1.4. 21.1. O serviço do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput](#)).

1.5. 21.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VI);

1.6. 21.2.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246/2022, art. 22, II);

1.7. 21.2.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, III);

1.8. 21.2.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, IV).

1.9. 21.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução/fornecimento do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, V).

1.10. 21.2.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII).

1.11. 21.3. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/2022).

1.12. 21.3.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, IV).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

**22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 21.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços;
- 21.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação, visando à prestação dos serviços, independentemente de estarem nele transcritas.

Mirador (MA), 26 de abril de 2024.

**Assessor(a) Administrativo(a)**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**  
**ANEXO II**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**



**Unidade Requisitante**

Secretaria Municipal de Educação, CNPJ: 31.158.996/0001-91



**Alinhamento com o Planejamento Anual**

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



**Equipe de Planejamento**

Marinete Rodrigues da Costa



**Problema Resumido**

Existe uma significativa lacuna na gestão da educação, com desafios no planejamento e implementação de políticas educacionais eficazes dentro da Secretaria Municipal de Educação de Mirador/MA.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Secretaria de Educação de Mirador enfrenta desafios significativos na gestão da educação, apresentando uma lacuna que impacta diretamente no planejamento e implementação de políticas educacionais eficazes. Esta lacuna tem gerado consequências negativas para a qualidade do ensino no município, dificultando o alcance de resultados satisfatórios e comprometendo o desenvolvimento educacional dos alunos.

A falta de estratégias claras e eficientes tem contribuído para a desorganização e ineficiência no sistema educacional municipal, prejudicando não apenas os estudantes, mas também os professores, funcionários e toda a comunidade escolar. Esta situação evidencia a urgência de medidas que possam sanar esses problemas e promover uma gestão mais eficaz e direcionada para a melhoria da educação em Mirador.



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

Desta forma, se faz necessário um estudo técnico preliminar que identifique as causas e possíveis soluções para essa lacuna na gestão da educação, visando o desenvolvimento de políticas mais assertivas e eficazes. Através dessa análise detalhada do problema, será possível formular um plano de ação que atenda às necessidades específicas do município, garantindo assim uma educação de qualidade para todos os cidadãos de Mirador.



#### **REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO**

1. Experiência prévia comprovada na gestão de projetos educacionais em órgãos públicos;
2. Capacidade técnica para realizar diagnósticos da situação atual da gestão educacional do município;
3. Conhecimento das políticas educacionais vigentes e capacidade de planejamento e implementação de novas ações;
4. Disponibilidade de equipe multidisciplinar qualificada para atuar no projeto;
5. Capacidade de monitoramento e avaliação constante da eficácia das políticas educacionais implementadas;
6. Comprovação de resultados positivos em projetos semelhantes realizados em outras instituições públicas;
7. Prova de que a solução proposta atende às legislações vigentes relacionadas à área de educação;
8. Possibilidade de formação e capacitação de servidores municipais para dar continuidade às ações implementadas após o término do contrato;
9. Relatórios periódicos de acompanhamento do desenvolvimento do projeto e apresentação de indicadores de sucesso;
10. Previsão de medidas corretivas caso os resultados esperados não sejam alcançados dentro do prazo estabelecido.



#### **SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO**

##### **1. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM GESTÃO EDUCACIONAL:**

Vantagens:

- Expertise e experiência da empresa contratada no desenvolvimento de políticas educacionais eficazes.
- Possibilidade de elaboração de um plano customizado para atender às necessidades específicas da Secretaria de Educação de Mirador.
- Transferência de conhecimento e capacitação da equipe interna.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

### **Desvantagens:**

- Custo para contratação dos serviços da consultoria.
- Dependência externa para a implementação das soluções propostas.
- Possibilidade de conflitos de interesses ou falta de alinhamento com os objetivos da Secretaria.

### **2. Realização de parcerias com instituições de ensino e organizações da sociedade civil:**

#### **Vantagens:**

- Ampliação do acesso a recursos, know-how e boas práticas na área educacional.
- Potencial engajamento da comunidade local e fortalecimento do vínculo entre educação e sociedade.
- Oportunidade de compartilhamento de responsabilidades e custos.

#### **Desvantagens:**

- Necessidade de articulação e diálogo constante com múltiplos atores para garantir o sucesso das parcerias.
- Possíveis divergências de interesses ou visões entre as partes envolvidas.
- Riscos de dependência excessiva ou perda de autonomia da prefeitura na tomada de decisões.

### **3. Investimento em tecnologias educacionais e plataformas digitais:**

#### **Vantagens:**

- Agilidade na coleta e análise de dados sobre a educação municipal.
- Possibilidade de personalização do ensino e melhoria da qualidade educacional.
- Modernização dos processos de gestão e comunicação com alunos, professores e pais.

#### **Desvantagens:**

- Custo inicial elevado para a aquisição e implantação das tecnologias.
- Necessidade de capacitação da equipe para utilizar efetivamente as ferramentas digitais.
- Possíveis resistências à mudança por parte de alguns stakeholders.



## **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO**

A escolha da contratação de consultoria especializada em gestão educacional para resolver a lacuna na gestão da educação dentro da Secretaria de Educação de Mirador é fundamentada em diversos aspectos técnicos e operacionais que visam garantir a eficácia e o sucesso da implementação de políticas educacionais.

Primeiramente, a contratação de uma consultoria especializada traz consigo a expertise necessária para identificar as causas dos desafios enfrentados na gestão da educação e propor soluções personalizadas e efetivas para cada um deles. Isso garante uma abordagem técnica e direcionada, que levará a resultados mais assertivos e duradouros.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

Além disso, a consultoria especializada em gestão educacional possui conhecimento aprofundado sobre as melhores práticas e estratégias utilizadas no setor, o que permite uma análise mais completa e detalhada da situação atual da educação em Mirador. Essa expertise contribui para o desenvolvimento de um plano de ação sólido e adequado às necessidades específicas do município.

Outro ponto relevante são as vantagens operacionais proporcionadas pela contratação de uma consultoria especializada. A equipe técnica capacitada e experiente irá atuar de forma ágil e eficiente na identificação de problemas, na elaboração de estratégias de intervenção e no acompanhamento da implementação das medidas propostas. Isso resultará em um processo de melhoria contínua da gestão educacional, com impactos positivos a curto, médio e longo prazo.

Ademais, a contratação de consultoria especializada em gestão educacional traz consigo uma visão externa e imparcial sobre os processos internos da Prefeitura Municipal de Mirador, o que pode favorecer a identificação de oportunidades de otimização e inovação. A expertise e a experiência da equipe consultora permitem a introdução de novas abordagens e práticas, contribuindo para a modernização e profissionalização da gestão educacional no município.

A Secretaria Municipal de Educação julgou necessário a contratação de empresa especializada nos serviços de consultoria, assessoria e acompanhamento contínuo, visando atender de forma resolutiva toda essa problemática que tem causado preocupação em toda a comunidade escolar, bem como fragmentado o processo de escolarização, aprendizagem e letramento dos alunos da rede municipal de ensino.

Assim, a contratação pretende solucionar o problema do alto índice de evasão e abandono escolar, taxa de reprovação elevada, da não assiduidade por parte de alguns alunos, além da insegurança por consequência de constantes ameaças a alunos, professores por parte de agentes externos, potencializando o processo da Busca Ativa.

Aqui estão algumas razões pelas quais a Secretaria de Educação tem interesse na contratação de empresa para consultoria pedagógica para implantação de escolas de referência no município:

- a) **Padrões de qualidade:** Busca-se nas escolas de referência padrões de qualidade educacional, pois elas demonstram que é possível alcançar altos níveis de excelência em termos de ensino/aprendizagem, infraestrutura e recursos disponíveis. Ao implantar o projeto nessas escolas, busca-se elevar o nível geral da educação escolar institucional.
- b) **Desenvolvimento profissional:** As escolas de referência oferecem oportunidades de desenvolvimento profissional e intelectual para os educadores. Elas investem em apoio e orientação contínua dos educadores bem como promovem um ambiente propício à troca de conhecimento entre os profissionais da educação e a



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

equipe de apoio envolvidos no dia a dia da escola, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino em toda a rede educacional.

c) **Inovação pedagógica:** As escolas onde são implantadas o Projeto de Apoio Pedagógico, se tornam referência de práticas inovadoras de ensino, pois buscam explorar novas metodologias, tecnologias e abordagens educacionais eficazes; incentivando a experimentação e a evolução das práticas pedagógicas, o que pode influenciar positivamente outras escolas a seguirem seu exemplo. A implantação do projeto nessas escolas incentiva a experimentação e a evolução das práticas pedagógicas.

d) **Difusão de boas práticas:** As escolas de referência têm a capacidade de compartilhar suas experiências e boas práticas com outras instituições educacionais. Elas podem servir como centros de capacitação e disseminação de conhecimento, promovendo a troca de ideias entre professores, gestores e demais profissionais da área, assim contribuindo para o fortalecimento do sistema educacional como um todo.

e) **Referência para a comunidade:** O projeto de Apoio Pedagógico nessas escolas, costuma ter um impacto positivo na comunidade em que estão inseridas. Elas se tornam referências locais de qualidade educacional, atraindo alunos e famílias que buscam uma educação de excelência. Além disso, a melhoria da educação nessas escolas pode influenciar o desenvolvimento socioeconômico da região.

A consultoria pedagógica tem ainda acompanhamento e apoio pedagógico nas escolas, estabelecendo planejamento, orientação, coordenação e fiscalização do processo de ensino-aprendizagem em todas as suas vertentes, através de acompanhamento diário. Resgatando-se a qualidade de ensino, a disciplina, o respeito, a moralidade e a formação de caráter; contribuindo para capacidade de compreensão do aluno, minimizando os índices de reprovação, abandono e evasão escolar, além da prevenção do Bullying, consequentemente observa-se a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do município.

Cabe salientar que a Escola de Referência fortalece o fomento de políticas públicas de resgate da qualidade, tanto do ensino oferecido, quanto do próprio aluno com o uso processo de Busca Ativa, acompanhado por profissionais específicos e capacitados. Tem ainda o intuito de promover o retorno da disciplina e ordem nas escolas, respeito aos ideais da nação, respeito aos direitos do próximo através de disciplina individual e coletiva.

Portanto, diante da complexidade e da gravidade dos desafios enfrentados na gestão da educação em Mirador, a contratação de consultoria especializada em gestão educacional se apresenta como a escolha mais adequada e eficaz para impulsionar a mudança e promover melhorias significativas na qualidade da política educacional local.

### **ESCOLAS QUE SERÃO CONTEMPLADAS PELO PROJETO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

Nº	ESCOLA	LOCALIDADE	ALUNO/ESCOLA
01	UNIDADE ESCOLAR IEDO FLAMARION LOBÃO	Sede	505
02	UNIDADE ESCOLAR GERALDO PEREIRA DE SÁ	Sede	380
03	UNIDADE ESCOLAR PROFESSORA ALZIRA CASABONE	Sede	203
04	UNIDADE ESCOLAR ANTONIO BORBA MAGALHÃES	Sede	182
05	UNIDADE ESCOLAR FIRMINO GALVÃO	Sede	168
06	UNIDADE ESCOLAR ARISTIDES LOBÃO	Povoado cocos	435
07	UNIDADE ESCOLAR JOÃO RODRIGUES DA SILVA	Povoado Ibipira	135
08	UNIDADE ESCOLAR ORSINA LOBÃO	Povoado Conceição	132

As escolas acima relacionadas foram escolhidas levando em consideração os fatores abaixo enumerados:

- 01) Indicadores socioeconômicos: Foi feita uma análise das escolas que tem uma alta quantidade de população com renda abaixo da média do município, além da taxa de desemprego e índices de pobreza na região onde estão localizadas as escolas.
- 02) Baixo desempenho escolar e alto índice de evasão escolar: Foi avaliada as taxas de aprovação e reprovação dos alunos, assim como os resultados das avaliações nos exames feitos a nível nacional, levando em consideração as notas obtidas pelas escolas. Foi avaliado também o baixo nível de frequência dos alunos e os números relacionados a evasão escolar.
- 03) Ambiente Escolar: Foi avaliado o nível de segurança, bem como a incidência de eventos relacionados a violência originadas de agentes internos (alunos) e externos (comunidade), e ainda a qualidade de relacionamento entre os alunos, professores, administradores e demais funcionários das escolas.
- 04) Ambiente do local onde estão situadas as escolas: Foi analisado o ambiente externo onde funcionam as escolas, levando em conta fatores que possam impactar a segurança, o bem-estar dos alunos, além de ter sido feito um levantamento de



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

eventos e problemas que possam afetar diretamente a capacidade da escola funcionar efetivamente.

Diante de todos esses indicadores e dados, foi possível identificar escolas que enfrentam desafios significativos em termos de vulnerabilidade, violência e evasão escolar. Foi considerado nas análises e avaliações o contexto e as nuances específicas de cada escola e comunidade, pois as características de alta vulnerabilidade variam amplamente de acordo com a região e as circunstâncias locais.

Em relação a especificação técnica do objeto, destaca-se que:

- ✓ Organizar o tempo dedicado ao estudo por parte dos alunos através da criação de horários próprios para isso;
- ✓ Organizar os planejamentos para apoio pedagógico;
- ✓ Fiscalizar o processo de ensino e aprendizagem em toda a sua execução, apresentando alternativas para solução de problemas;
- ✓ Acompanhamento pedagógico contínuo;
- ✓ Manutenção da Ordem e Disciplina;
- ✓ Noções de concepção de Nação;
- ✓ O acompanhamento utilizará o sistema presencial em forma diária. Esse acompanhamento, inclui também a busca ativa do aluno em sua residência se assim houver necessidade. Os Coordenadores e Agentes pedagógicos passarão o dia na escola acompanhando a rotina da mesma, prestando orientações, auxiliando a diretoria e coordenação pedagógica instruindo os membros da comunidade escolar e esclarecendo dúvidas que possam surgir;
- ✓ Apresentação do diagnóstico situacional por meio de seminários temáticos de implantação e desenvolvimento da Escola de Referência Cívica na rede municipal em cada unidade de ensino municipal.
- ✓ Na fase de implantação serão feitas reuniões com pais e alunos para científicá-los dos objetivos do projeto e dos meios para atingi-los;
- ✓ A implantação prevê ainda seminários e treinamentos para os profissionais do município que participarão do projeto;
- ✓ Criar um ambiente de trabalho propício ao estabelecimento de relações humanas construtivas, respeitosas e cooperativas, necessárias à implementação e desenvolvimento do tema (Escola de Referência) nas escolas municipais;
- ✓ Desenvolver processos, tecnologias participativas e posturas democráticas fundamentais à tomada de decisão referente a cada um dos aspectos da proposta de implementação e desenvolvimento do tema nas escolas;



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- ✓ Empregar procedimentos didáticos que propiciem conhecimento e o domínio da base legal que sustente a viabilidade da proposta assumida;
- ✓ Os serviços serão executados por profissionais especializados, com larga experiência de atuação e registrados nos seus respectivos conselhos de formação;
- ✓ Os serviços serão executados em 08 (oito) Escolas Municipais, que serão determinadas pela Secretaria Municipal de Educação;
- ✓ Consultoria relativa à interpretação e aplicação da legislação educacional, no âmbito do sistema municipal de ensino, relativos a diretrizes educacionais, elaboração de resoluções e normas para instituições pertencentes à implantação da Escola de Referência na rede municipal de ensino de Mirador/MA;
- ✓ Apresentação de fundamentos legais necessários ao embasamento dos atos administrativos a serem praticados pelos agentes e servidores públicos vinculados a Secretaria Municipal de Educação;
- ✓ Elaboração de pareceres e relatórios técnicos no objetivo de elucidar dúvidas dos administradores municipais no tocante à condução da implantação das Escolas de Referência Cívica na Rede Municipal de ensino de Mirador/MA;
- ✓ Visita técnica periódica de profissional capacitado a ser realizada em local da implantação das Escolas de Referência na rede municipal de ensino de Mirador/MA;
- ✓ Consultoria técnica às escolas públicas municipais, relativa à aplicação das normas dos regimentos escolares, inclusive quanto a propostas apresentadas por alunos, pais ou responsáveis;
- ✓ Atendimento imediato via linha telefônica ou internet para fins de responder aos questionamentos da Secretaria Municipal de Educação em relação aos assuntos constantes dos tópicos anteriores.

Posteriormente a definição das escolas a serem acompanhadas pela consultoria, e elaboração das especificações técnicas da solução, o estudo evoluiu no sentido de definir quais e a quantidade de profissionais, assim como qual função cada um vai desempenhar no decorrer da execução da consultoria.

Os critérios utilizados para a definição da equipe e seus quantitativos são os que seguem:

- 1) Análise das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das escolas, avaliando a dimensão das escolas e os espaços, considerando o número de alunos, professores, funcionários administrativos e demais pessoas interessadas, tais como pais e familiares de alunos, professores e funcionários.
- 2) Levantamento de competências necessárias: foram listadas as necessidades de habilidades e competências para alcançar os objetivos da consultoria, incluindo profissionais especialistas em pedagogia, tecnologias educacionais, gestão escolar, psicologia educacional e especialistas em segurança.



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

- 3) Estabelecimento das metodologias de trabalho a ser utilizadas, tais como análise de dados, observações em sala de aula, palestras, capacitações;
- 4) Cálculo da carga de trabalho, com base no escopo da consultoria, nas necessidades da instituição e nas competências requeridas, foi estimada a carga de trabalho necessária para cada profissional, considerando fatores como tempo de dedicação, complexidade das tarefas e prazos.
- 5) Avaliação de disponibilidade de recursos humanos: Foi verificada a disponibilidade de profissionais com habilidades e competências necessárias para execução dos serviços dentro do quadro de funcionários das escolas;
- 6) Dimensionamento da equipe: Com base na carga de trabalho estimada, foi determinado o número adequado de profissionais para composição da equipe para realizar satisfatoriamente a consultoria.
- 7) Planejamento de recursos financeiros: Foi realizada a estimativa dos custos necessários para a realização da consultoria, incluindo despesas com recursos humanos, recursos didáticos, disponibilização de 01 veículo, materiais, fardamento para os profissionais, tributação e todos os custos aplicáveis.

Ao concluir as etapas descritas acima, considerando os requisitos e recursos disponíveis, foi determinado o número de profissionais necessários, e os serviços que serão desempenhados por cada um deles, conforme descrito abaixo:

PROFISSIONAIS	QUANTIDADE	SERVIÇOS
PSICÓLOGOS EDUCACIONAIS	8	O Psicólogo Educacional prestará atendimento não apenas ao alunato, mais a todo corpo docente, profissionais da educação e familiares.
PSICOPEDAGOGO	8	Seu papel será analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem.
ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL	8	Na escola, o assistente social trabalhará identificando os problemas que prejudicam o acesso, a permanência e o rendimento do aluno.
COORDENADOR PEDAGÓGICO	8	Esse profissional zelará pela formação dos alunos como cidadãos; ajudará os professores a compreenderem os comportamentos das crianças e cuidarão das relações com a comunidade.
ORIENTADOR EDUCACIONAL	8	Direcionará o processo educacional, juntamente com professores, coordenação e profissionais da gestão escolar.
AGENTE DE APOIO PEDAGÓGICO	16	Terá como função, entre outras: orientar os educandos quanto às normas da unidade escolar; organizar a entrada e saída dos alunos; zelar pela disciplina dentro de todo o ambiente escolar.
SOCIÓLOGO	8	Esse profissional estudará os processos sociais de ensino e de aprendizagem, além de explorar todos os processos que ocorrem dentro do ensino, desde as relações estruturais até o papel da escola dentro da sociedade.
SUPERVISOR DE AÇÕES EXTRACURRICULARES	1	Terá como função proporcionar maior apoio nas tarefas de supervisão das atividades complementares e de extensão; dar mais



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

		eficiência às tarefas das coordenadorias, além de diminuir a burocracia para a integralização das cargas horárias.
SUPERVISORES DE ATIVIDADES PSICOLÓGICAS	4	Esse profissional estimulará a criatividade e fará intervenção em que se estabelece relação entre colegas de trabalho, dinamizando o atendimento.
TÉCNICOS EM MEIO AMBIENTE	2	Será o profissional responsável por identificar os processos de intervenção antrópica sobre o meio ambiente e as características das atividades geradoras de resíduos.
PROFESSORES DE MÚSICA	4	Ensinará técnicas instrumentais, escalas, leitura à primeira vista e teoria musical, além de execução de instrumentos musicais.
PROFESSORES DE LIBRAS	4	Ensinará a Língua Brasileira de Sinais tanto para os alunos surdos, não verbais, quanto para os que mostrarem interesse.
ESPECIALISTAS EM SEMINÁRIOS E TEMAS PEDAGÓGICOS	2	Esse profissional promoverá prática didático-pedagógica como técnica de ensino profissionalizante.

Além dos recursos humanos definidos, serão necessários a oferta do que segue abaixo para a plena e satisfatória execução da consultoria pretendida:

DESCRIÇÃO
VEÍCULO TIPO HATCH, PARA DAR APOIO NA CONSULTORIA NAS 08 ESCOLAS
FARDAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS QUE FARÃO PARTE DA CONSULTORIA.
MATERIAIS GRÁFICOS, APOSTILAS, FOLDERS, BANNERS
EQUIPAMENTOS ÁUDIO VISUAIS
DESPESAS OPERACIONAIS

Posto isto, compreende-se que os itens que compõem o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar enquadram-se na categoria de bens comuns, em razão dos padrões de qualidade a serem consolidados como usuais de mercado. A modalidade de licitação será Pregão na sua forma Eletrônica, do Tipo Menor Preço Global, tendo em vista a natureza e características da prestação de serviço.



**QUANTITATIVOS E VALORES**

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
01	Consultoria pedagógica para implantação das práticas disciplinares de Escolas de Referência na educação infantil Fundamental em 08 (oito) escolas da Rede Municipal de Ensino de Mirador/MA.	Mês	12	R\$ 291.600,00	R\$ 3.511.200,00

Destaca-se que o valor estipulado teve como base a cotação realizada no bojo do processo, no qual as empresas apresentaram suas propostas, resultando no valor acima destacado,



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

conforme anexado aos autos. No entanto, o valor evidenciado é apenas uma estimativa máxima, podendo apresentar um novo valor no momento da contratação.

Ressalta-se que esse levantamento levou em consideração fatores quanto à finalidade na utilização dos serviços, a frequência de problemas, a viabilidade e segurança da contratação, bem como a quantidade de escolas e de alunos. Assim, tem-se a previsibilidade de contratação dos seguintes serviços:

### ESCOLAS QUE SERÃO CONTEMPLADAS PELO PROJETO

Nº	ESCOLA	LOCALIDADE	ALUNO/ESCOLA
01	UNIDADE ESCOLAR IEDO FLAMARION LOBÃO	Sede	505
02	UNIDADE ESCOLAR GERALDO PEREIRA DE SÁ	Sede	380
03	UNIDADE ESCOLAR PROFESSORA ALZIRA CASABONE	Sede	203
04	UNIDADE ESCOLAR ANTONIO BORBA MAGALHÃES	Sede	182
05	UNIDADE ESCOLAR FIRMINO GALVÃO	Sede	168
06	UNIDADE ESCOLAR ARISTIDES LOBÃO	Povoado cocos	435
07	UNIDADE ESCOLAR JOÃO RODRIGUES DA SILVA	Povoado Ibipira	135
08	UNIDADE ESCOLAR ORSINA LOBÃO	Povoado Conceição	132

DESCRIÇÃO	SERVIÇOS
-----------	----------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

PSICOLOGOS EDUCACIONAIS	O Psicólogo Educacional prestará atendimento não apenas ao alunato, mais a todo corpo docente, profissionais da educação e familiares.
PSICOPEDAGOGO	Seu papel será analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem.
ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL	Na escola, o assistente social trabalhará identificando os problemas que prejudicam o acesso, a permanência e o rendimento do aluno.
COORDENADOR PEDAGÓGICO	Esse profissional zelará pela formação dos alunos como cidadãos; ajudará os professores a compreenderem os comportamentos das crianças e cuidarão das relações com a comunidade.
ORIENTADOR EDUCACIONAL	Direcionará o processo educacional, juntamente com professores, coordenação e profissionais da gestão escolar.
AGENTE DE APOIO PEDAGÓGICO	Terá como função, entre outras: orientar os educandos quanto às normas da unidade escolar; organizar a entrada e saída dos alunos; zelar pela disciplina dentro de todo o ambiente escolar.
SOCIÓLOGO	Esse profissional estudará os processos sociais de ensino e de aprendizagem, além de explorar todos os processos que ocorrem dentro do ensino, desde as relações estruturais até o papel da escola dentro da sociedade.
SUPERVISOR DE AÇÕES EXTRACURRICULARES	Terá como função proporcionar maior apoio nas tarefas de supervisão das atividades complementares e de extensão; dar mais eficiência às tarefas das coordenadorias, além de diminuir a burocracia para a integralização das cargas horárias.
SUPERVISORES DE ATIVIDADES PSICOLÓGICAS	Esse profissional estimulará a criatividade e fará intervenção em que se estabelece relação entre colegas de trabalho, dinamizando o atendimento.
TÉCNICOS EM MEIO AMBIENTE	Será o profissional responsável por identificar os processos de intervenção antrópica sobre o meio ambiente e as características das atividades geradoras de resíduos.
PROFESSORES DE MÚSICA	Ensinará técnicas instrumentais, escalas, leitura à primeira vista e teoria musical, além de execução de instrumentos musicais.
PROFESSORES DE LIBRAS	Ensinará a Língua Brasileira de Sinais tanto para os alunos surdos, não verbais, quanto para os que mostrarem interesse.
ESPECIALISTAS EM SEMINÁRIOS E TEMAS PEDAGÓGICOS	Esse profissional promoverá prática didático-pedagógica como técnica de ensino profissionalizante.

DESCRIÇÃO	QTD PROFISSIONAIS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
PSICÓLOGOS EDUCACIONAIS	8	R\$ 3.400,00	R\$ 27.200,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

PSICOPEDAGOGO	8	R\$ 3.000,00	R\$ 24.000,00
ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL	8	R\$ 3.000,00	R\$ 24.000,00
COORDENADOR PEDAGÓGICO	8	R\$ 4.500,00	R\$ 36.000,00
ORIENTADOR EDUCACIONAL	8	R\$ 2.900,00	R\$ 23.200,00
AGENTE DE APOIO PEDAGÓGICO	16	R\$ 2.100,00	R\$ 33.600,00
SOCIÓLOGO	8	R\$ 2.500,00	R\$ 20.000,00
SUPERVISOR DE AÇÕES EXTRACURRICULARES	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
SUPERVISORES DE ATIVIDADES PSICOLÓGICAS	4	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
TÉCNICOS EM MEIO AMBIENTE	2	R\$ 3.650,00	R\$ 7.300,00
PROFESSORES DE MÚSICA	4	R\$ 4.700,00	R\$ 18.800,00
PROFESSORES DE LIBRAS	4	R\$ 3.750,00	R\$ 15.000,00
ESPECIALISTAS EM SEMINÁRIOS E TEMAS PEDAGÓGICOS	2	R\$ 7.000,00	R\$ 14.000,00
		TOTAL MENSAL (1)	R\$ 260.100,00
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
VEÍCULO TIPO HATCH, PARA DAR APOIO NA CONSULTORIA NAS 08 ESCOLAS	01	R\$ 5.900,00	R\$ 5.900,00
FARDAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS QUE FARÃO PARTE DA CONSULTORIA.	200	R\$ 600,00	R\$ 600,00
MATERIAIS GRÁFICOS, APOSTILAS, FOLDERS, BANNERS	20.000	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
EQUIPAMENTOS ÁUDIO VISUAIS	10	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
DESPESAS OPERACIONAIS	01	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
		TOTAL MENSAL (2)	R\$ 31.500,00
VALOR TOTAL MENSAL=(MENSAL (1) + MENSAL (2))			R\$ 291.600,00

A tabela acima apresenta a descrição do valor total, especificando os profissionais, a quantidade de profissionais e o valor unitário correspondente de cada um, razão pela qual chegou-se ao valor mensal de R\$ 291.600,00 (duzentos e noventa e um mil e seiscentos reais), tendo como base a cotação realizada (anexada aos autos).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR



### PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Não haverá parcelamento da contratação por não se vislumbrar tecnicamente viável ou economicamente vantajoso, conforme preceito contido no art. 47, II da Lei nº 14.133/2021.



### RESULTADOS PRETENDIDOS

#### 1. Melhoria do Ambiente Escolar:

- Reduzir os conflitos e incidentes de violência dentro das escolas, fazendo a promoção de relações respeitadas e positivas entre alunos, professores, funcionários e administradores e implementar estratégias preventivas para combate ao bullying e a discriminação.

#### 2. Melhorar o Engajamento dos Alunos:

- Desenvolver programas e atividades atrativas para manter os alunos motivados e engajados na aprendizagem e promoção de um ambiente escolar inclusivo que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais dos alunos

#### 3. Realizar Apoio Socioemocional:

- Fazendo a Implementação de programas de apoio socioemocional para ajudar os alunos a lidar com traumas, estresse e outras questões emocionais que possam afetar seu desempenho e bem-estar, por meio da capacitação de professores e equipe para identificar e fornecer suporte adequado às necessidades socioemocionais dos alunos.

#### 4. Intervenções Pedagógicas Eficientes:

- Desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades específicas dos alunos em situações de alta vulnerabilidade, implementando métodos de ensino inovadores e inclusivos que estimulem a participação e o aprendizado dos alunos.

#### 5. Apoio às Famílias e Comunidade:

- Por meio de parcerias com pais, responsáveis e membros da comunidade para promover a participação ativa na educação dos alunos e de oferta de recursos e programas para envolver as famílias no ambiente escolar e fortalecer os laços entre escola e comunidade.

#### 6. Redução da Evasão Escolar:



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- Por meio de implementação de estratégias para identificar precocemente alunos em risco de evasão e oferecer suporte individualizado para mantê-los engajados na escola, além de implantação de programas de reengajamento para alunos que já abandonaram a escola, visando trazê-los de volta ao ambiente educacional.

#### **7. Monitoramento e Avaliação:**

- Por meio de sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso e os resultados das intervenções implementadas pela consultoria, utilizando os dados e indicadores coletados para ajustar e aprimorar continuamente as estratégias e práticas educacionais.

Ao alcançar os resultados pretendidos, a consultoria educacional pode contribuir significativamente para criar um ambiente escolar mais seguro, inclusivo e propício ao desenvolvimento acadêmico, socioemocional e pessoal dos alunos em áreas de alta vulnerabilidade.



### **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Antes de contratar a consultoria especializada em gestão educacional, a Prefeitura Municipal de Mirador deve realizar as seguintes providências:

1. Realizar levantamento das necessidades e desafios específicos da gestão educacional no município.
2. Definir claramente os objetivos e metas que se espera alcançar com a consultoria.
3. Realizar análise de viabilidade financeira para garantir recursos suficientes para a contratação.
4. Elaborar um termo de referência detalhado, contendo todas as especificações e requisitos necessários para a contratação.
5. Capacitar servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, para garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos.
6. Realizar pesquisa de mercado para identificar possíveis empresas ou profissionais qualificados na área de gestão educacional.
7. Garantir a disponibilidade de infraestrutura adequada para a realização do trabalho da consultoria.

Essas providências são essenciais para garantir o sucesso da contratação da consultoria especializada em gestão educacional e melhorar a gestão da educação no município de Mirador.



### **CONTRATAÇÕES CORRELATAS**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes antes da contratação da consultoria especializada em gestão educacional. A solução escolhida parece abordar diretamente o problema identificado na gestão da educação. Portanto, não é necessário realizar outras contratações antes de implementar essa solução.



### IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há impactos ambientais na presente contratação.



### CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Mirador - MA, 05 de fevereiro de 2024

---

Marinete Rodrigues da Costa  
Assessora Especial da Secretaria Municipal de Educação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

**ANEXO II**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PEDAGÓGICA PARA MANUTENÇÃO DE ESCOLAS DE REFERÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MIRADOR/MA.	MÊS	12	R\$293.986,64	R\$ 3.527.839,68
VALOR GLOBAL R\$ 3.527.839,68					



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2024**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_/2024 QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_ DO MARANHÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_ DO MARANHÃO**, por intermédio da **Secretária Municipal de \_\_\_\_\_**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de \_\_\_\_\_**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
R\$					



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

1.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo da vigência do contrato será de 1(um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme disposto no caput do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO**

3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO**

4. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da celebração do instrumento contratual.

5.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6. Conforme item 13 do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

6.1. Conforme item 12 do Termo de Referência e especificações dos serviços item 9 do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
  - a. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- d. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- e. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

8.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

9. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

9.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

9.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

9.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

9.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 9.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 9.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 9.4.3. Indenizações e multas.

9.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

9.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3 FUNDEB

02 PODER EXECUTIVO

02 10 FUNDO DE MANUT. E DES. DA EDUC. BASICA E VAL. PROF. EDUCAÇÃO

02 10 00 FUNDO DE MANUT. E DES. DA EDUC. BASICA E VAL. PROF. EDUCAÇÃO

12 Educação

12 365 Educação Infantil

12 365 0304 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ENSINO

431 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 1.540.00-003 001 1.540

432 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 1.541.00-003 001 1.541

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

02 PODER EXECUTIVO

02 03 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 03 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 Educação

12 122 Administração Geral

12 122 0203 APOIO ADMINISTRATIVO

12 122 0203 2187 0000 MANUTENÇÃO E FUNC. SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

080 3.3.90.35.00 Serviços De Consultoria

1.500.00-001 001 1.500.1001



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

9.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

10. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e a manifestação da procuradoria do município;

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

11. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

12. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

13. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Mirador, Estado do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

\_\_\_\_\_/MA, [dia] de [mês] de [ano].

FLS. N° \_\_\_\_\_

PROC. N° 17/2024

RUBRICA: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR**

Representante legal

CONTRATANTE

---

Representante legal

CONTRATADO